

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Technos S.A. (a "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia detinha participação direta de 100% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA") e no capital da SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS"), empresas consolidadas nessas demonstrações financeiras (conjuntamente "Grupo"). O Grupo tem como atividade principal a fabricação e distribuição no atacado de relógios de pulso.

Em 24 de julho de 2012 a SCS e a TASA adquiriram as Companhias: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., (iv) You Time Relógios Ltda., e (v) Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda.

Em 22 de março de 2013 a controlada TASA adquiriu 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Companhia que foi incorporada pela TASA durante o exercício de 2013.

Em abril de 2016 a TASA constituiu uma subsidiária em Hong Kong, sob a razão social de MVT Limited e sua atividade social é de importação e exportação.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Technos S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2018.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2017.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Sazonalidade

A Companhia não opera com impactos sazonais significativos durante o período, entretanto, no mercado interno, em geral, no quarto trimestre a demanda é mais forte do que nos demais trimestres, em razão das celebrações comemorativas de Natal.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Technos S.A. e de suas controladas diretas e indiretas, conforme descrito na Nota 8. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Com exceção do resgate das ações de não controladores, também mencionado na Nota 8, a Companhia não apresentou outras alterações de participações em empresas consolidadas nem nas bases para consolidação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, portanto são as mesmas utilizadas em 31 de dezembro de 2016.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. O percentual de participação nas empresas do grupo está disposto na Nota 8.

A empresa líder do Grupo é a Technos S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBovespa). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo não possuía empresas controladas em conjunto ou coligadas.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho ser elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo a Technos S.A. possui somente um segmento.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas exceto pela controlada indireta MVT Limited cuja moeda funcional é o dólar de Hong Kong. A moeda de apresentação do Grupo também é o real.

Os ativos e passivos das controladas diretas e indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Ativos financeiros e passivos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os derivativos também classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 *Impairment de ativos financeiros*

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício social do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

b. Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e reconhece os derivativos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 6).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados, considerando a melhor taxa compatível com transações de natureza, prazo e riscos do respectivo ativo. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa de desconto aplicada.

As contas a receber são classificadas como instrumento financeiro, a título de empréstimos e recebíveis (Nota 2.6.1)

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

A provisão para perda de estoques é constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques. A variação da provisão no exercício social é contabilizada na rubrica de custo de mercadorias vendidas.

2.10 Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar". As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada entre 1 e 5 anos. Para as marcas de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de redução do valor recuperável (Nota 9).

c. Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente que varia de 1 a 5 anos.

d. Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 1 a 5 anos.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados por possuir vida útil indefinida, porém, conforme CPC 01 são testados no mínimo anualmente sobre possibilidade de redução do valor recuperável. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações próprias	25
Benfeitorias em imóveis de terceiro	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 10).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado do exercício.

2.12 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas e terrenos, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na Technos da Amazônia S.A. ("TASA"), que concentra as principais operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.13 Fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo. Custos de transação são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido. Os custos de transação de captação não efetivada são reconhecidos como despesa no resultado do período em que se frustrar essa captação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos recursos financeiros requeridos para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões de naturezas cíveis, trabalhista, previdenciária e fiscal objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

2.16 Tributação

a. Tributos incidentes sobre receita

As despesas de impostos e contribuições sobre as vendas do Grupo consistem em ICMS alíquota média de 12,5%, PIS e COFINS alíquotas médias de 1,30% (PIS) e 6,00% (COFINS) e ISS alíquota média de 4,5%.

Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na demonstração do resultado como dedução de vendas é contabilizada pelo valor líquido de 45%, portanto, a receita líquida considera tal benefício.

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

c. Imposto de renda e contribuição social diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.17 Benefícios a empregados

a. Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

b. Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (*vesting period*); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

c. Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxílio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.19 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de produtos

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com as características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias e são descontadas a valor presente utilizando-se a melhor taxa de desconto, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.9).

b. Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.22 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.23 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.24 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

O Grupo não é arrendador de nenhum bem.

2.25 Novos pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

Mesmo considerando incertas condições econômicas para 2018, o Grupo realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que não haverá impactos significativos em relação às alterações introduzidas.

IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes.

A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois o grupo elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS em vigência.

A norma internacional ainda não possui pronunciamento equivalente no CPC.

IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

O Grupo analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, sendo: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, o Grupo concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture)

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, são reconhecidos na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou *joint venture*. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas - Alterações à IAS 12

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Com base numa avaliação preliminar das novas normas descritas acima, a Administração não espera que as mesmas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3 Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

a. Perda (*impairment*) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 19).

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda e alocou tal ágio a uma única unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável o método de fluxo de caixa descontado. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, conseqüentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

b. Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 13.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

c. Provisão de *impairment* de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 7.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

d. Perdas estimadas para liquidação duvidosa

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber de clientes não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação do risco de crédito de liquidação duvidosa.

e. Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 22.3).

f. Provisão de assistência técnica de produtos em garantia pós venda

Com base em histórico de índice de defeito o grupo registra em conta do passivo estimativa de gastos futuros com assistência técnica de produtos em garantia. Mensalmente a estimativa é analisada para identificação de ajustes pontuais e alinhamento do procedimento.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e numerário em trânsito	-	-	921	17
Depósitos bancários de curto prazo	20	144	4.944	14.135
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	-	-	8.964	2.826
	20	144	14.829	16.978

Os saldos mantidos como equivalentes de caixa são remunerados em média de 95% a 100% do Certificados de Depósitos Interbancários - CDI) e possuem vencimentos entre janeiro e outubro de 2018. São mantidos em instituições de primeira linha, não possuindo quaisquer restrições ou penalizações por resgates antecipados.

5 Títulos e valores mobiliários

O Grupo mantém os títulos e valores mobiliários concentrados em operações compromissadas lastreadas em debêntures com vencimentos entre janeiro de 2018 e março de 2019, classificados no ativo circulante, bem como aplicações em cotas de fundo de investimento vinculadas à conta *escrow* em garantia ao pagamento de contas a pagar em aquisição societária da Dumont Saab do Brasil, classificadas no ativo não circulante. O montante das aplicações financeiras é de R\$24.572 em 31 de dezembro de 2017 (R\$24.621 em 2016) classificadas no ativo não circulante. Ambas as aplicações possuem remuneração média de 100% do CDI, e são mantidas em instituições de primeira linha.

6 Clientes e outras contas a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Contas a receber de clientes	209.873	227.346
Contas a receber de cartões de crédito	10.172	7.756
Ajuste a valor presente	(3.660)	(5.234)
Provisão para perda de contas a receber de clientes	(24.688)	(10.201)
	191.697	219.667
Contas a receber de clientes, líquidas		
	191.607	219.620
Total ativo circulante	90	47
Total ativo não circulante		

Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	170.352	189.568
Vencidos		
Até 90 dias	12.007	13.833
Entre 91 a 180 dias	4.144	6.523
Acima de 181 dias	33.542	25.178
	220.045	235.102
Clientes e outras contas receber		

O saldo líquido das contas a receber aproxima-se do valor justo e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a melhor taxa de desconto, diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2017, no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$24.688 (R\$10.201 em 2016), analisadas quanto à sua recuperação caso a caso, foram classificadas como não recuperáveis e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente classificadas como não recuperáveis referem-se principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma medidas, que incluem cobranças administrativas visando à recuperação desses créditos.

Para as demais contas a receber de clientes, que se encontram vencidas, não foi constituída provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que referem-se a uma série de clientes que já estão com a dívida negociada ou em processo de negociação com expectativa de desfecho favorável para a Companhia, de forma que a Administração não espera incorrer em perdas, apesar dos atrasos.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	10.201	10.872
Provisão para perda de contas a receber	19.997	6.278
Reversão ou baixa de provisão para perda	(5.510)	(6.949)
Saldo contábil	24.688	10.201

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia e não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

Em 2017 o Grupo analisou o quadro de clientes inadimplentes, que devido a crise econômica apresentava dificuldade em honrar os compromissos, e concluiu pela necessidade de complementar a provisão ordinária de incobráveis no montante de R\$ 12.800. As contas a receber de clientes são integralmente denominadas em Reais.

7 Estoques

	Consolidado	
	2017	2016
Produtos acabados	78.583	89.589
Produtos em processo	1.954	996
Componentes	65.303	71.026
Importações em andamento	178	127
Estoque em Trânsito	7.105	1.324
Provisão para perda de estoque	(47.531)	(37.132)
	105.592	125.930

As movimentações na provisão para valor de realização, que foi constituída em montante considerado adequado pela Administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques da Companhia, são as seguintes:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	37.132	39.659
Constituição de provisão para perda em estoques	11.419	2.894
Reversão de provisão para perdas em estoques/Venda estoque obsoleto	(1.020)	(5.421)
Saldo contábil	47.531	37.132

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

Em 2017 o Grupo avaliou estoque com baixa expectativa de aproveitamento e decidiu complementar a provisão de perda provável por obsolescimento no montante de R\$ 6.059.

A variação da provisão no exercício social de 2017 no valor de R\$ 10.399 foi contabilizada na rubrica de custo de mercadorias vendidas.

8 Investimentos

A Companhia possui as seguintes participações diretas e indiretas:

				Percentual e tipo de participação		
Nome				Direta/indireta	2017	2016
TASA (a)	Brasil	Fabricação de relógios	Direta		100,0	100,0
TASS	Suíça	Escritório de representação	Indireta		100,0	100,0
SCS	Brasil	Comércio varejista	Direta e Indireta		100,0	100,0
TOUCH	Brasil	Comércio varejista	Indireta		100,0	100,0
MVT (b)	Hong Kong	Importadora e Exportadora	Indireta		100,0	100,0

- (a) Em reunião de diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o resgate das ações preferenciais da TASA mediante o cancelamento e retirada de circulação das referidas ações, sem redução do capital social da Companhia, sendo o valor unitário de resgate correspondente ao valor patrimonial por ação, com base no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$1.605, desse montante foram pagos R\$502, restando R\$1.103 a pagar, cuja expectativa de pagamento é até 31 de dezembro de 2018.
- (b) Em abril de 2016 a TASA constituiu uma subsidiária em Hong Kong, sob a razão social de MVT Limited e sua atividade social é de importação e exportação. O capital social foi subscrito em US\$100 mil dólares e ainda pendente de integralização. A partir de julho de 2016 a MVT iniciou suas atividades operacionais.

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Em 1º de janeiro	454.828	454.814
Equivalência patrimonial	(200)	(339)
Participação por ajuste reflexo no patrimônio de subsidiária	25	4
Dividendos (a)	(918)	(20.396)
Aumento de capital (b)	-	17.900
Opções de ações - stock options	1.886	2.845
	455.621	454.828

- (a) Saldo de dividendos integralmente deliberados pela controlada TASA.
- (b) Subscrição de capital, totalmente integralizada, no montante de R\$17.900, conforme 25ª alteração contratual da controlada SCS em 30 de junho de 2016.

A controlada TASA subscreveu e integralizou capital na SCS no montante de R\$ 60.721, passando a ter participação na SCS de 88,75% e a Controladora de 11,25%, conforme 28ª alteração contratual da controlada SCS em 31 de julho de 2017.

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas e indiretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2017	706.636	264.074	442.562	361.709	1.232
TASA	623.180	248.215	374.965	337.927	3.671
TASS	7	34	(27)	-	(2)
SCS	81.800	15.423	66.377	22.783	(2.168)
TOUCH	246	226	20	-	-
MVT	1.403	176	1.227	999	(269)
Em 31 de dezembro de 2016	673.747	291.058	382.689	377.741	(1.880)
TASA	610.308	236.910	373.398	356.895	10.504
TASS	8	35	(27)	-	-
SCS	61.216	53.392	7.824	19.978	(13.532)
TOUCH	246	226	20	-	-
MVT	1.969	495	1.474	868	1.148

A conciliação entre o investimento em subsidiárias e o patrimônio líquido e o lucro líquido das subsidiárias é demonstrado a seguir:

	2017	2016
Patrimônio líquido das subsidiárias	442.562	382.689
Menos		
Lucro não realizado em estoque em operações entre subsidiárias	(1.467)	(1.260)
Ajustes em operações entre subsidiárias	(216)	(89)
Patrimônio líquido de subsidiárias controladas indiretamente	<u>(60.213)</u>	<u>(1.467)</u>
Patrimônio líquido ajustado das subsidiárias	<u>380.666</u>	<u>379.873</u>
Lucro líquidoPrejuízo das subsidiárias	1.232(1.919)	(3.028)
Menos		
Lucro não realizado em operações entre as subsidiárias	(207)	2.689
Participação entre subsidiárias	(1.225)	
Participação de não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo ajustado das subsidiárias	<u>(200)</u>	<u>(339)</u>

9 Intangível

	Consolidado				
	Ágios	Software	Marcas e licenciamentos	Relações contratuais com clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	226.838	3.631	25.030	8.218	263.717
Aquisições	-	4.639	1.378	-	6.017
Transferência	-	(392)	607	-	215
Baixa - custo	-	-	(763)	-	(763)
Baixa - amortização	-	-	103	-	103
Amortização	<u>-</u>	<u>(1.412)</u>	<u>(1.539)</u>	<u>(3.573)</u>	<u>(6.524)</u>
	<u>226.838</u>	<u>6.466</u>	<u>24.816</u>	<u>4.645</u>	<u>262.765</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Custo	226.838	14.071	31.161	17.371	289.441
Amortização acumulada	<u>-</u>	<u>(7.605)</u>	<u>(6.345)</u>	<u>(12.726)</u>	<u>(26.676)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>226.838</u>	<u>6.466</u>	<u>24.816</u>	<u>4.645</u>	<u>262.765</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	226.838	6.466	24.816	4.645	262.765
Aquisições	-	5.399	453	-	5.852
Transferência- custo	-	(3.999)	(4.142)	2.824	(5.317)
Transferência- Amortização	-	2.900	2.111	306	5.317
Baixa - custo	-	(33)	-	-	(33)
Baixa - amortização	-	2	-	-	2
Amortização	<u>-</u>	<u>(1.767)</u>	<u>(777)</u>	<u>(3.569)</u>	<u>(6.113)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	226.838	8.968	22.461	4.206	262.473
Custo	226.838	15.438	27.472	20.195	289.943
Amortização acumulada	<u>-</u>	<u>(6.470)</u>	<u>(5.011)</u>	<u>(15.989)</u>	<u>(27.470)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>226.838</u>	<u>8.968</u>	<u>22.461</u>	<u>4.206</u>	<u>262.473</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o montante R\$ 84 (em 2016 - R\$ 87) referente à despesa de amortização foi imputado ao custo de produção, R\$ 2.317 (em 2016 - R\$ 2.435) em "Despesas com vendas" e R\$ 3.712 (em 2016 - R\$ 3.999) em "Despesas administrativas".

Aos ativos intangíveis de software, marcas e licenciamento e relações contratuais com clientes, exceto os ativos de vida útil indefinida, aplica-se a taxa de amortização anual calculada linearmente entre 20% a 100% ao ano.

Ágios

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas (T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$123.171) foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

Em 22 de março de 2013, a Companhia adquiriu de Famag Participações S.A. e Roumanos Youssef Saab (pessoa física), em conjunto, "vendedores", 100% do capital votante (e 95,84% do capital total) da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont" ou "adquirida"), uma empresa que atua na produção e comércio de relógios, com sede no estado do Amazonas, por R\$182.107, integralmente pago em caixa para os vendedores. O ágio de R\$81.904 que surge da aquisição é atribuível à sinergia a ser obtida com a integração das operações da adquirida às economias de escala esperadas da combinação de suas operações às da Companhia.

Em 24 de julho de 2012 o Grupo, através de suas controladas SCS e a TASA, adquiriu 100% das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro. O ágio de R\$20.831 que surgiu da aquisição é atribuível basicamente às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e das unidades Touch.

Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos tangíveis intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

Para fins de testes, os três ágios foram integralmente alocados ao investimento na TASA, por ser considerada a única UGC.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado, também conhecido como Discounted Cash Flow (DCF). O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um período determinado, em função do resultado operacional, do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício e da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa de desconto compatível. Esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco anos de acordo com as projeções da Companhia, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano, descontado ao valor presente pela taxa de descontodiminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017, para a UGC, são as que seguem:

- Resultado operacional líquido: 15%
- Perpetuidade: 3%
- Taxa de desconto: 10%
- Margem líquida média do período orçado de cinco anos
- Taxa de crescimento do fluxo de caixa em perpetuidade

A administração determinou a margem líquida orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas futuras. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as projeções das premissas. As taxas de desconto utilizadas estão em linha com as praticadas no mercado interno e refletem riscos específicos em relação ao segmento operacional.

10 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	137	11.853	7.004	4.370	5.474	10.759	39.597
Aquisições	-	388	1.304	167	3.114	2.348	7.321
Transferências	-	58	(243)	254	-	(285)	(216)
Impairment	-	-	-	4	-	5	9
Alienações - custo	-	(1.716)	(7)	-	(3.068)	(224)	(5.015)
Alienações - depreciação	-	126	12	-	732	13	883
Depreciação	-	(635)	(2.680)	(773)	(574)	(2.136)	(6.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137	10.074	5.390	4.022	5.678	10.480	35.781
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	137	20.231	19.255	17.206	6.453	23.395	86.677
Depreciação acumulada	-	(10.157)	(13.865)	(13.184)	(775)	(12.915)	(50.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137	10.074	5.390	4.022	5.678	10.480	35.781
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137	10.074	5.390	4.022	5.678	10.480	35.781
Aquisições	-	237	714	373	1934	3.952	7.210
Transferências- custos	-	(613)	660	468	32	(635)	(88)
Transferências - depreciação	-	1	1	42	1	43	88
Impairment	-	-	-	5	-	901	906
Alienações - custo	-	-	(3.239)	(6.731)	(2.454)	(3.234)	(15.658)
Alienações - depreciação	-	-	3.183	6.210	596	2.716	12.705
Depreciação	-	(538)	(1.937)	(766)	(620)	(2.216)	(6.077)
Em 31 de dezembro de 2017	137	9.161	4.772	3.623	5.167	12.007	34.867
Em 31 de dezembro de 2017	137	9.161	4.772	3.623	5.167	12.007	34.867
Custo	137	19.855	17.390	11.321	5.965	24.379	79.047
Depreciação acumulada	-	(10.694)	(12.618)	(7.698)	(798)	(12.372)	(44.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137	9.161	4.772	3.623	5.167	12.007	34.867
Vida útil em anos	-	25	3 a 5	10	10	5 a 10	-

Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.586 (no quarto trimestre de 2016 - R\$ 1.742) referente à despesa de depreciação foi imputado ao custo de produção, R\$ 3.109 (no quarto trimestre de 2016 - R\$ 3.219) em "Despesas com vendas" e R\$ 1.382 (no quarto trimestre de 2016 - R\$ 1.796) em "Despesas Administrativas".

11 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2017	2016
Circulante		
Empréstimos bancários - moeda estrangeira	46.327	60.503
Arrendamentos mercantis	910	402
	47.237	60.905
Não circulante		
Empréstimos bancários - moeda estrangeira	43.771	39.811
Arrendamento mercantis	1.036	803
	44.807	40.614
	92.044	101.519

Em setembro de 2015, a Companhia obteve empréstimo bancário, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$141.700 (equivalente a US\$36.693), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 2,4% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 13 de abril de 2018. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2015 era de R\$148.404. A dívida será declarada vencida antecipadamente se o quociente de divisão da dívida líquida pelo EBTIDA em dezembro de cada ano for inferior a 3,50 e se o quociente de divisão do EBTIDA pelo resultado financeiro for inferior a 1,50. Esses recursos foram utilizados para liquidar as obrigações em aberto de debêntures. O empréstimo foi liquidado em 1º de setembro de 2017.

Em fevereiro de 2015, a Companhia obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$17.022 (equivalente a US\$6.000), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 2,15% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 12 de fevereiro de 2016 e foi integralmente quitado dentro do prazo de vencimento inicial.

Em setembro de 2016, a Companhia obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$20.000 (equivalente a US\$6.060), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 4,84% ao ano, com vencimento e liquidação tempestiva em 15 de setembro de 2017.

Em setembro de 2017, a Companhia obteve empréstimos bancários, junto a bancos de primeira linha, no valor de R\$86.500 (equivalente a US\$27.428), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros média de 4,7% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 1º de outubro de 2019. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2017 era de R\$90.098. A dívida será declarada vencida antecipadamente se o quociente de divisão da dívida líquida pelo EBTIDA em dezembro de cada ano for inferior a 3,50 e se o quociente de divisão do EBTIDA pelo resultado financeiro for inferior a 1,50. Esses recursos foram utilizados para liquidar a dívida captada em setembro de 2015.

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos economicamente com *swap* em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 3,1% ao ano, e não foram designados em relação a contabilidade de hedge. Vide maiores detalhes na Nota 21.

Em 2016 e 2017 a Companhia celebrou contratos de arrendamentos mercantis financeiros para financiamento de renovação de sua frota de veículos, junto ao banco Santander e Bradesco, sendo aplicado a taxa anual média de 18,65%. O financiamento será liquidado em 36 parcelas mensais e o recurso será utilizado dentro do cronograma de renovação da frota. Em 31 de dezembro de 2017 já havia sido utilizado o montante de R\$ 2.426 (R\$ 1.055 utilizado em 2016).

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Consolidado		
	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1 janeiro de 2017	100.314	1.205	101.519
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	86.501	-	101.519
Pagamento de empréstimos	(98.220)	-	(98.220)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	-	(630)	(630)
	(11.719)	(630)	(12.349)
Efeito nas variações de câmbio	1.232	-	1.232
Novos arrendamentos financeiros	-	1.371	1.371
Despesas com juros	3.387	-	3.387
Juros pagos	(3.116)	-	(3.116)
	271	1.371	1.642
Saldo em 31 de dezembro de 2017	90.098	1.946	92.044

	Consolidado		
	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1 janeiro de 2016	167.443	-	167.443
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	20.000	-	20.000
Pagamento de empréstimos	(63.090)	-	(63.090)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	-	(97)	(97)
	(43.090)	(97)	43.187
Efeito nas variações de câmbio	23.834	-	23.834
Novos arrendamentos financeiros	-	1.302	1.302
Despesas com juros	3.807	-	3.807
Juros pagos	(4.012)	-	(4.012)
	205	1.302	1.097
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.314	1.205	101.519

O vencimento dos empréstimos e financiamentos do Grupo, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Vencimento em 2017	-	60.905
Vencimento em 2018	47.237	40.301
Vencimento em 2019	44.537	313
Vencimento em 2020	270	
	92.044	101.519

12 Fornecedores

	Consolidado	
	2017	2016
Fornecedores nacionais	14.721	17.846
Fornecedores estrangeiros	20.240	14.673
	34.961	32.519

13 Provisão para Contingências

Na data das informações contábeis, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisões

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2015	22.211	6.164	1.046	29.421
Provisão no exercício	1.953	93	1.927	3.973
Reversão de provisão	(1.158)	(664)	(266)	(2.088)
Em 31 de dezembro de 2016	23.006	5.593	2.707	31.306
Provisão no exercício	3.164	424	283	3.871
Reversão de provisão	(4.185)	(5.391)	(208)	(9.784)
Em 31 de dezembro de 2017	21.985	626	2.782	25.393

a. Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 a 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

Em agosto de 2017 a Companhia incluiu a dívida de PIS e COFINS sobre o Juros sobre o Capital Próprio, no valor total de R\$ 3.084, no Programa Especial de Regularização Fiscal - PERT - MP 783/2017, a ser liquidada em 150 parcelas mensais

Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

b. Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Tributário (a)	28.548	45.485
Trabalhista	246	1.296
Cível	452	777
	29.246	47.558

- (a) A redução no saldo do contencioso tributário refere-se basicamente ao cancelamento do Processo Administrativo da Receita Federal do Brasil nº 10283-720022/2014-28 crédito fiscal de ágio.

c. Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	1.995	678
Depósitos judiciais no exercício	1.948	2.058
Depósitos baixados no exercício	(130)	(843)
Atualização monetária	148	102
	3.961	1.995

14 Tributos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração, alíquota do imposto de renda reduzida nos termos do decreto federal nº 4212 de 26 de abril de 2002.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em de 31 de dezembro de 2017 e 2016 referem-se a:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldos ativos (passivos)		
Benefício fiscal de incorporação	(62.206)	(58.455)
Provisão baixa estoque obsoleto	7.442	4.838
Variação cambial líquida	(2.299)	(2.735)
Opções em ações	2.414	1.812
Ajuste		
a valor presente	313	471
Prejuízo fiscal	4.069	-
Outros	1.626	3.399
	(48.250)	(50.670)

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados num período de até 3 anos. Os impostos diferidos passivos referem-se em sua maioria, basicamente, a diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio

b. Imposto de renda e contribuição social nas informações contábeis consolidadas do resultado.

	Consolidado	
	2017	2016
Imposto corrente sobre o lucro do exercício		(178)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Crédito de prejuízo fiscal	(3.891)	
Realização de crédito fiscal de incorporação	3.750	3.750
Geração e (estorno) de diferenças temporárias	(2.280)	219
Total do imposto diferido	(2.421)	3.969
Despesa (Receita) de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	(2.421)	3.791

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nominal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.340)	1.855
Alíquota nominal dos tributos	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	1.476	(631)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Incentivo fiscal imposto de renda	-	-
Créditos de prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos	(738)	(4.230)
Efeitos da tributação por método diferente do lucro real	625	3.686
Diferenças Temporárias	(790)	(2.616)
Créditos de exercícios anteriores com expectativa de recuperação	1.848	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.421	(3.791)
Correntes	-	178
Diferidos	2.421	(3.969)
	2.421	(3.791)
Alíquota efetiva	55,8 %	204,4 %

c. Impostos a pagar

	Consolidado	
	2017	2016
ICMS e IPI a pagar	3.980	1.296
PIS/COFINS a pagar	1.404	1.632
PIS/COFINS a pagar - PERT	2.282	-
ISS a pagar	107	99
Outros	62	49
	7.835	3.076
Passivo circulante	5.912	3.076
Passivo não circulante	1.923	-
IR e Contribuições retidos na fonte a pagar	1.005	1.042

d. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2017	2016
ICMS e IPI a recuperar	8.912	7.438
INSS a recuperar	4.731	4.139
IR e CSL a recuperar	3.197	4.350
PIS e COFINS a recuperar	14.959	2.491
Outros impostos a recuperar	1.422	1.371
	33.221	19.789
Ativo circulante	7.681	7.261
Ativo não circulante	25.540	12.528

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital autorizado e subscrito

O capital autorizado da Companhia é de 100.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal definido em estatuto.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social é representado por 78.506.215 (em 31 de dezembro de 2016, 78.506.215) ações ordinárias totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.

15.2 Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de agosto de 2014, aprovou o programa de recompra de ações de emissão da Companhia no total de 6.560.049 ações ordinárias, correspondendo a 10% do total de 65.600.494 do total de ações ordinárias em circulação.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2015, foi aprovada a extensão do programa de recompra de ações ordinária da Companhia, limitada a 4.984.808 ações, correspondendo a 8% do total de 62.310.094 ações ordinárias em circulação, com vigência até 24 de setembro de 2016.

As operações de recompra estão sendo realizadas a valor de mercado no pregão da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$11.208 (R\$11.208 em 31 de dezembro de 2016) registrado em ações em tesouraria corresponde à compra de 1.207.800 (1.207.800 em 31 de dezembro de 2016) ações ao preço médio unitário de R\$9,28.

15.3 Reserva legal, lucro por ação e dividendos

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b. Lucro por ação

(i) Básico

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2017	2016
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(1.919)	(1.936)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>77.298</u>	<u>77.298</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação em R\$	<u>(0,0248)</u>	<u>(0,0250)</u>

(ii) Diluído

O lucro líquido diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A Companhia não apresentou diferenças no cálculo do resultado básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2017 e 2016 em virtude das ações ordinárias potenciais reduzirem prejuízo por ação das operações continuadas. Conforme definido no CPC 41 - Resultado por ação, estas ações possuem efeito antidilutivos.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25 % do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

No fluxo de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio são classificados nas atividades de financiamento.

Os dividendos pagos e a pagar por classe de ação foram:

	2017	2016
R\$ 0,048630 por ação ordinária (a)	-	3.799
Total de dividendos pagos	-	3.799

(a) Os dividendos pagos são oriundos de lucros auferidos em 2015.

15.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações, adquiriu 10,04% de participação no capital total e votante na controlada TASA, sendo que o excedente pago em relação ao valor patrimonial das ações foi registrado como transação de capital diretamente no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na Nota 9, em 27 de fevereiro de 2015 a controlada TASA resgatou o total de ações preferenciais emitidas, detidas por participação não controladora. As operações geraram efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial".

15.5 Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

16 Plano de opção de compra de ações - stock options

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA e SCS (diretores, presidente do conselho, gerentes e coordenadores), controladas direta da Companhia e da própria controladora, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, as Companhias reconhecem o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência no Grupo e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas. As opções têm um prazo máximo de exercício de 7 anos (*vesting period*), sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7% ou pela taxa CDI.

O valor justo médio das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes.

Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas são: preço médio ponderado da ação na data da concessão, apurado com base na cotação dos trinta últimos pregões, com até 10% de desconto, base para estabelecimento do preço de exercício na data de cada programa.

O preço de exercício será corrigido pelo IPCA+3% ao ano ou pela taxa do CDI, desde a data de cada programa até a data de exercício da opção.

Do preço de exercício será descontado o valor de dividendos deliberados entre a data de cada programa e a data de exercício da opção.

A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado

Aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2012, limitado a emissão de 2.500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pelo IPCA mais juros de 3% ao ano. Para este plano foram gerados o 1º programa com opção de compra de 1.122.500 ações, vigente até 30 de abril de 2019, 2º programa com opção de compra de 600.000 ações, vigente até 17 de janeiro de 2020, e o 3º programa com opção de compra de 340.000 ações, vigente até 15 de abril de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 7 de julho de 2015 o plano 01/2015, limitado a emissão de 1.500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foi gerado o programa PL 01/2015 com opção de compra de 1.500.000 ações, vigente até 08 de julho de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 07 de julho de 2015 o plano 02/2015, limitado a emissão de 1.700.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores e outros funcionários que participem da gestão do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foram gerados o 1º programa com opção de compra de 1.150.000 ações, 2º programa com opção de compra de 300.000 ações e o 3º programa com opção de compra de 250.000 ações, vigentes até 8 de julho de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de abril de 2016 o plano 01/2016, limitado a emissão de 500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foi gerado o programa PL 01/2016 com opção de compra de 500.000 ações, vigente até 16 de junho de 2021.

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários recebidos durante o exercício está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Despesas de opções de compra de ações no exercício	2.072	2.999
	2.072	2.999

A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (WAEP) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	Consolidado			
	2017		2016	
	Nº	WAEP	Nº	WAEP
Saldo inicial	5.425	7,47	4.975	7,11
Concedidas durante o exercício	-	-	750	4,78
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício	(200)	7,47-	(300)	6,36
Saldo Final	5.225	7,47	5.425	6,82

17 Receita líquida

	Consolidado	
	2017	2016
Vendas Brutas com IPI	455.022	480.093
IPI s/ receita	(4.182)	(2.591)
Vendas brutas de produtos e serviços	450.840	477.502
Devoluções e cancelamentos	(38.478)	(33.880)
Ajuste a valor presente sobre as vendas	(12.443)	(19.639)
Impostos sobre vendas	(61.605)	(65.951)
Ajuste a valor presente dos impostos sobre vendas	1.763	2.841
Receita líquida	340.077	360.873

As vendas de serviços historicamente não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

O valor referente a incentivos fiscais de ICMS reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é R\$17.625 (R\$20.217 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

18 Custo e despesa por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matéria-prima, mercadoria e materiais de uso e consumo	-	-	(134.886)	(152.410)
Frete e armazenagens	-	-	(15.918)	(12.917)
Provisão de Estoque Obsoleto	-	-	(11.119)	-
Gastos com pessoal	(1.205)	(1.151)	(96.676)	(101.466)
Serviços prestados por terceiros	(222)	(247)	(45.529)	(43.541)
Impostos e taxas	(85)	(90)	(3.875)	(2.280)
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	-	(5.177)	(5.480)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(4)	(3)	(8.811)	(9.930)
Participação nos lucros	-	-	-	164
Opções de compra de ações - <i>stock options</i>	(187)	(153)	(2.073)	(2.999)
Amortização valor justo aquisição Dumont	-	-	(3.384)	(3.414)
Outras despesas	(131)	(103)	(15.550)	(18.055)
	(1.833)	(1.747)	(342.998)	(352.328)
Classificado como				
Custo dos produtos vendidos		-	(185.004)	(191.293)
Despesas de vendas		-	(132.676)	(124.091)
Despesas administrativas	(1.646)	(1.594)	(36.213)	(35.735)
Outras despesas operacionais, líquidas	(187)	(153)	10.895	(1.209)
	(1.833)	(1.747)	(342.998)	(352.328)

19 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2017	2016
Despesa financeira		
Empréstimos e financiamentos	(5.711)	(6.883)
Variação cambial	(19.555)	(22.220)
Outras despesas financeiras	(1.398)	(640)
Descontos financeiros concedidos	(4.202)	(4.015)
Perdas com derivativos	(14.268)	(51.978)
	(45.134)	(85.736)
Receita financeira		
Receita de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	3.929	6.179
Realização de ajuste a valor presente	12.260	18.028
Juros de mora	5.248	7.187
Ganhos (perdas) em hedge cambial	3.963	-
Variação cambial	18.311	47.652
Outras receitas financeiras	4	-
	43.715	79.046
Resultado financeiro	(1.419)	(6.690)

20 Transações com partes relacionadas

20.1 Consolidado

a. *Remuneração do pessoal-chave da administração*

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Salários e encargos dos gerentes	12.787	12.145
Remuneração e encargos da diretoria	6.051	6.723
Opções de ações	2.072	2.999
	<u>20.910</u>	<u>21.867</u>

b. *Operações realizadas entre empresas controladas*

Em 2017 as operações de venda entre empresas controladas totalizaram R\$23.184 (em 2016, R\$20.129). As vendas são realizadas dentro das práticas comerciais que a empresas aplicam aos seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2017, a TASA apresenta saldo de contas a receber da SCS por fornecimento de mercadoria no valor de R\$ 11.178 (R\$ 50.687 em 31 de dezembro de 2016). Por pagamento de obrigações da TASA a SCS registra outras contas a receber da TASA no valor de R\$ 20.141 (R\$ 2.682 em 31 de dezembro de 2016).

20.2 Controladora

Exceto pelo valor de dividendos a receber registrado em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$6.676 (R\$7.255 em 2016) da controlada TASA, não existe qualquer outro valor de transações com partes relacionadas.

21 Instrumentos financeiros derivativos

a. *Mercado futuro de dólar (forward) e swap cambial CDI X USD*

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações e de seus empréstimos captados em moeda estrangeira, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e *swap* cambial CDI X USD BRL.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante ou não circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado nas rubricas de "Receitas e/ou despesas financeiras".

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do valor contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes e de empréstimos captados em moeda estrangeira.

Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de mercado futuro de dólar em aberto em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$21.833, equivalentes a US\$6.600 (R\$21.249, equivalente a US\$6.520 em 31 de dezembro de 2016) e o de *swap* em reais corresponde a R\$94.679 (R\$ 100.314 em 31 de dezembro de 2016). Adicionalmente o efeito no resultado do exercício das duas operações em 31 de dezembro de 2017 correspondeu R\$3.523 (R\$19.269 em 31 de dezembro de 2016). O risco provável para fins de análise de sensibilidade tem como referência a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2017. O risco provável do *swap* em reais tem como base a cotação do CDI acumulado até 31 de dezembro de 2017.

b. Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

31 de dezembro de 2017							
Cenário							
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Risco	Provável	25%	50%
<i>Swap</i> - US\$	152	(306)	21.833	Desvalorização do US\$	(23)	(5.481)	(10.939)
<i>Swap</i> -de taxa de juros - CDI	3.677	-	94.679	Aumento da taxa interna de juros	716	(598)	(1.897)
31 de dezembro de 2016							
Cenário							
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Risco	Provável	25%	50%
<i>Swap</i> - US\$	-	(812)	21.249	Desvalorização do US\$	(1.070)	(6.382)	(11.694)
<i>Swap</i> -de taxa de juros - CDI	-	(18.457)	100.314	Aumento da taxa interna de juros	(26.090)	(29.162)	(31.826)

No cenário provável é considerada a taxa de fechamento de câmbio do último dia do mês de encerramento do exercício.

22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

22.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de até 360 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os ativos do Grupo que estão sujeitos a taxas de juros fixas são representados pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, mensurados a valor justo por meio do resultado, e as aplicações financeiras que são remuneradas com taxas variáveis de juros com base na variação da taxa de certificado de depósito interbancário.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários (DI). A política do Grupo tem sido em manter os empréstimos em taxas variáveis de juros. Durante 2017 e 2016 os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais

A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

b. Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber (Nota 22.6).

c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A administração monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para gerenciar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos	46.768	45.276	-	-
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	26.346	-	-
Salários e encargos sociais a pagar	7.543	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	39.609	107	-	-
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	60.905	40.614	-	-
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	-	24.984	-
Salários e encargos sociais a pagar	7.025	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	47.236	9.397	-	-

22.2 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do período.

Em 31 de dezembro de 2017 a dívida líquida da Companhia monta R\$77.215 e corresponde a 16,6% do patrimônio líquido (em 31 de dezembro de 2016, R\$84.541, equivalendo a 18,2% do patrimônio líquido).

O capital não é gerenciado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

22.3 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Consolidado em 31 de dezembro de 2017

	Categoria:	Classificação:	Valor Justo	Valor Contábil
Ativo financeiro:				
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	14.829	14.829
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	24.572	24.572
Contas a receber de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	191.697	191.697
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo pelo resultado	Nível 2	3.829	3.829
Outros ativos financeiros	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	16.422	16.422
Passivo financeiro:				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	92.044	92.044
Fornecedores	Outros passivos	Nível 2	34.961	34.961
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo pelo resultado	Nível 2	306	306

Consolidado em 31 de dezembro de 2016

	Categoria:	Classificação:	Valor Justo	Valor Contábil
Ativo financeiro:				
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	16.678	16.678
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	24.621	24.621
Contas a receber de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	219.667	219.667
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo pelo resultado	Nível 2	-	-
Outros ativos financeiros	Empréstimos e Recebíveis	Nível 2	12.792	12.792
Passivo financeiro:				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	101.519	101.519
Fornecedores	Outros passivos	Nível 2	32.519	32.519
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo pelo resultado	Nível 2	19.269	19.269

Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.
- As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pré-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores, adiantamentos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A Technos aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

22.4 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Ativos mensurados a valor justo	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2017			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	-	24.572	24.572
Contas a receber de clientes	-	191.697	191.697
Caixa e equivalentes de caixa	-	14.829	14.829
Instrumentos financeiros derivativos	3.829	-	3.829
Depósitos judiciais	3.961	-	3.961
	7.790	231.098	238.888
	Consolidado		
	Passivos mensurados a valor justo	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2017			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	-	92.044	92.044
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	27.449	27.449
Instrumentos financeiros Derivativos - <i>swap</i>	306	-	306
Obrigações legais	-	39.716	39.716
	306	159.209	159.515

	Consolidado		
	Ativos mensurados a valor justo	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2016			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	-	24.621	24.621
Contas a receber de clientes	-	219.667	219.667
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.978	16.978
Depósitos judiciais	-	1.995	1.995
	41.599	221.662	263.261

	Consolidado		
	Passivos mensurados a valor justo	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2016			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	-	101.519	101.519
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	26.087	26.087
Derivativos - <i>swap</i>	19.269	-	19.269
Obrigações legais	-	37.364	37.364
	19.269	164.970	184.239

22.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou provisionados (*impaired*) pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	2017	2016
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes nacionais	163.735	174.734
Clientes regionais e locais (Magazines)	22.329	19.076
Outros	5.633	25.857
Total de contas a receber de clientes	191.697	219.667
Conta corrente e depósitos bancários e títulos e valores mobiliários (*)		
AAA	38.480	41.582
	38.480	41.582

(*) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda. O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos.

- Clientes nacionais - clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.

- Clientes regionais e locais - clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
- Outros - clientes *giftline* e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último período.

23 Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

Controladora

- Aumento de capital em investida no valor de R\$17.900 e dividendos deliberados no montante R\$ 918 em 31 de dezembro de 2017 (R\$20.396 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), conforme descrição da Nota 8.
- Reserva reflexa de opções outorgadas registradas por investidas da Technos S.A. no valor de R\$1.885 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.846 em 31 de dezembro de 2016).
- Efeitos de conversão da investida no exterior da Controlada TASA no montante de R\$24 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$4 em 31 de dezembro de 2016).

Consolidado

- Aquisição de imobilizado através de arrendamentos mercantis no montante de R\$ 2.426 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.055 em 31 de dezembro de 2016).

24 Outras informações

24.1 Licenças de uso de marca

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Allora, Seiko, Mormaii, Timex, Fossil, Michael Kors, Empório Armani, Armani Exchange, Marc Jacobs, Adidas, Diesel e DKNY.

(i) *Mormaii*

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 15 anos a findar em 31 de agosto de 2026. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, a título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Foi pago valor inicial a título de antecipação de uma parcela dos *royalties*, registrado como adiantamentos a fornecedores, devendo ser descontado mensalmente do *royalty* efetivamente apurado à razão de 1/180 meses. Caso o contrato seja extinto antes de seu vencimento o saldo a ser descontado será ressarcido pelo licenciante.

(ii) *Euro e Allora*

O Grupo possuía contrato de licença de uso das marcas Euro e Allora, com vigência até 30 de setembro de 2014, renovável por mais 5 anos. Com base nesse contrato, o Grupo ficava obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo era obrigado a pagar remuneração variável a qual era calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

Em 16 de abril de 2014 o Grupo adquiriu em definitivo o direito de uso das marcas.

(iii) *Timex*

O Grupo em 11 de janeiro de 2012 firmou contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V., ("Timex"), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca Timex de forma exclusiva em todo o território nacional.

O contrato tem duração até 31 de março de 2016, e não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties. A renovação do acordo por período adicional de três anos é automática e está vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais. A operação com a Timex foi automaticamente renovada por período adicional de 3 anos.

(iv) *Fossil*

O Grupo em 6 de junho de 2013 anunciou a renovação do contrato de distribuição com o Grupo Fossil, tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização das seguintes marcas de relógio no Brasil: Adidas, Fossil, Diesel, Marc Jacobs, Armani Exchange, DKNY, Empório Armani e Michael Kors. Essa parceria exclusiva entre a Fossil e o Grupo Technos é válida até 31 de dezembro de 2016, sendo renovável automaticamente por período adicional de dois anos de acordo com o atingimento de alguns indicadores operacionais. O contrato foi renovado com validade até 31 de dezembro de 2025. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de *royalties*.

24.2 Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 5.167 de cobertura básica de automóvel, R\$ 58.900 para danos materiais, R\$ 69.500 para danos corporais, R\$ 695 para morte, R\$ 695 para invalidez, R\$ 1.390 para danos morais, R\$ 44.000 para lucros cessantes, R\$ 2.040 para inadimplência em contrato de locação e R\$ 2.000 para responsabilidade civil e profissional.

O Grupo também utiliza seguro sem cobertura fixa que é acionado ao longo do trânsito de mercadoria importada.